

O descontrole na saúde

JOSÉ QUEIROZ SILVEIRA *

O momento é não somente altamente oportuno como inadiável. Espera-se que o novo ministro da Saúde tenha não somente o perfil e a disposição, mas, que encontre no Planalto o respaldo suficiente para as urgentes tomadas de posições de que o SUS necessita. O Sistema Único de Saúde (SUS), que estabelece, apropriadamente, a descentralização das ações e serviços de saúde, na prática está sendo símbolo de mau gerenciamento, de mazelas, de fraudes, de tragédias, tudo fruto da falta de fiscalização, acompanhamento e avaliação. Isto é: do descontrole.

O controle e avaliação dos estados e municípios, salvo exceções, não existe ou faz de conta ou está engessado. Estão sendo auditadas, por auditores médicos federais, mais de 200 mil guias de internação que os gestores estaduais e municipais autorizaram o Ministério da Saúde a pagar no segundo semestre de 1995 depois de passarem pelo crivo dos seus controles. Os primeiros resultados já demonstram que as fraudes navegam em berços esplêndidos. Ninguém se espante se o volume de fraudes praticadas pela rede pública venha a ser maior que o da privada. É constrangedor verificar, por exemplo, que um hospital universitário, de São Paulo, num só mês (agosto de 95), tenha praticado fraudes em 118 internações hospitalares.

Esse levantamento está sendo feito em todo o país, pelo governo federal, em virtude do inquérito civil instaura-

do pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro. Por falar em Rio de Janeiro, estamos assistindo ao julgamento da máfia da saúde, onde 84 réus são processados por fraudes contra o SUS que lesaram o erário público em mais de 10 milhões de dólares, fazendo compras a empresas fantasmas e/ou apresentando notas frias de materiais e/ou equipamentos que nunca chegaram aos hospitais públicos. Entre os réus, o ex-secretário estadual de Saúde, Astor Pereira de Mello. Também, no Rio de Janeiro, em recente auditoria médica feita pelo Ministério da Saúde na Casa de Saúde do Hospital do Hemofílico, foi constatada uma cobrança fraudulenta contra o SUS de aproximadamente R\$ 1 milhão.

Não é no entanto na área de internamento hospitalar (AIHs) que está o maior ralo do SUS; mas sim, na área ambulatorial (SIA/SUS), na medida em que, além de consumir, hoje, a maior fatia (aproximadamente 60%) dos recursos, praticamente não existe nenhuma crítica, por parte do Datasus, sobre o que se cobra. Isto é, o que se cobra se paga. As cobranças são feitas em cima das capacidades instaladas dos prestadores e de tetos financeiros, e não do que foi realmente realizado. Não é difícil, portanto, se verificarem cobranças mensais estereotipadas.

Os conselhos estaduais e municipais de saúde, que seriam os baluartes do controle social, salvo exceções, não existem ou não funcionam ou pior: são usados pelos maus gestores para res-

paldar as suas nefastas utilizações dos recursos federais. Em São Paulo, a maior cidade da América Latina, e que consome, proporcionalmente, a maior fatia de recursos do SUS, o conselho municipal é tão imaginário quanto a linha do Equador.

O Paraná, estado considerado modelo em termos de municipalização, hoje lidera os índices de fraudes na área ambulatorial. Por coincidência, na vigência do atual secretário estadual de Saúde e, também, presidente do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Saúde, Conass.

A implantação da tão esperada municipalização está se transformando — através da maneira açodada que está sendo adotada — em uma *prefeiturização*. Está se fazendo política com a saúde em vez de Política de Saúde. O gestor tem poderes absolutos para cadastrar as unidades, contratar, gerir, pagar, prestar serviços, controlar e se auto-fiscalizar. Em outras palavras, é como dizia o saudoso deputado Jackson Pereira: “É botar a raposa para tomar conta do galinheiro”.

Quanto aos recursos — a priori insuficientes — o que realmente se sabe é que são inquantificáveis devido ao mau uso e ao descontrole. Em 1994, se gastavam R\$ 350 milhões por mês com a rede hospitalar e ambulatorial. Hoje se gasta o dobro (R\$ 670 milhões), com o agravante de que a situação do atendimento à população, piorou.